



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 13, n. 48, jan./mar. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Base jurídica dos procedimentos próprios de contratação dos serviços sociais autônomos
Carlos Ari Sunfeld, Vera Monteiro, Rodrigo Pagani de Souza
- ◆ As contratações públicas sustentáveis na realidade brasileira
André Luís Vieira
- ◆ A utilização do Poder Judiciário como instrumento do jogo de forças políticas na democracia
Cleucio Santos Nunes
- ◆ O Direito fundamental à segurança social e seu panorama na ordem constitucional brasileira
Oswaldo Ferreira de Carvalho
- ◆ Viabilidades e limites na dogmática jurídica moderna
Gustavo Henrique Linhares Dias
- ◆ Empresa Pública “Social” (EPS): alternativa às fundações de direito privado instituídas por lei para a execução de políticas públicas na área social
Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior, Eurípedes Aureliano Junior
- ◆ Os direitos fundamentais de segunda dimensão no Estado Constitucional Democrático e a jurisdição constitucional
Eduardo Alvares de Oliveira
- ◆ Como e por que tornar efetivo o invisível processo regulamentar brasileiro
Alexandre Magno Fernandes Moreira
- ◆ Leis locais e antenas de telefonia celular (ERB): um caso de conflito federativo
Sérgio Ferrari, Leonardo Fajngold
- ◆ Contratação de serviços advocatícios sem licitação: para além da natureza singular e da notória especialização
Clarissa Teixeira Paiva
- ◆ Políticas públicas e efetivação dos direitos sociais
Leonardo Barifouse

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Constitucional e Administrativo – Teto de retribuição – EC nº 41/03 – Eficácia imediata dos limites máximos nela fixados – Excessos – Percepção não respaldada pela garantia da irredutibilidade

◆ Supremo Tribunal Federal

Administrativo – Acórdão do TCU que determinou a exclusão de vantagem econômica reconhecida por decisão judicial com trânsito em julgado – URP - 26,05% e Plano Bresser - 26,06% – Competência constitucional atribuída à Corte de Contas – Modificação de forma de cálculo da remuneração – Inocorrência de ofensa aos princípios constitucionais da coisa julgada, do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos

◆ Supremo Tribunal Federal

Tributário – Contribuição destinada ao custeio dos serviços de saúde prestados pelo Estado aos seus servidores – Servidor ocupante de dois cargos – Incidência sobre apenas um dos vencimentos